COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.424, DE 2016

“Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos)”.

Autor: Deputado MAURICIO
QUINTELLA LESSA

Relator: Deputado FRANCISCO
FLORIANO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de lei de autoria do ilustre deputado Maurício Quintella Lessa, que visa alterar dispositivos da Lei nº 9.096, de 1995, que trata dos Partidos Políticos, para assegurar ao partido político autonomia.

Como justificativa, o autor argumenta que “a Lei 9.096/95 não delegou ao TSE poder legiferante primário, mas apenas a função regulamentadora, a qual tem sido de forma reiterada exorbitada por aquela Corte Eleitoral. O Congresso não pode coadunar com a possibilidade da Justiça Eleitoral exercer função normativa em sede administrativa”.

A proposição em análise foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e do mérito.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Quanto aos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, a proposição em questão atende aos pressupostos formais e materiais previstos na Constituição federal e está em conformidade com os princípios e normas do ordenamento jurídico brasileiro. As normas regimentais foram observadas.

Passo a expor breves considerações acerca do mérito.

Em boa hora é o projeto de lei do nobre deputado Maurício Quintella Lessa, que visa reforçar e assegurar a autonomia dos partidos políticos, consagrada no art. 17, § 1º, da CF.

Os partidos políticos ocupam papel de destaque na vida política do nosso país e, pela sistemática adotada pela Constituição Federal de 1988, a autonomia concedida é

fundamental para preservar a própria soberania popular que sustenta todo o Estado Democrático de Direito.

Na lição do eminente constitucionalista José Afonso da Silva, “os partidos políticos exercem decisiva influência no governo dos Estados contemporâneos. Daí nasce à concepção do “Estado de partido”, que melhor se diria “governo de partidos”, para denotar o primado dos partidos na organização governamental de nossos dias. É que o fenômeno partidário permeia todas as instituições político-governamentais: como o princípio da separação de Poderes, o sistema eleitoral, a técnica de representação política. Segundo nosso direito positivo, os partidos destinam-se a assegurar a autenticidade do sistema representativo”. (SILVA, José Afonso da. “Comentário Contextual à Constituição”, 9ª edição, São Paulo: Ed. Malheiros, 2014, p. 245)

Partindo dessa concepção, nota-se que uma das conseqüências da função representativa dos partidos é que o exercício do mandato político, que o povo outorga a seus representantes, faz-se por intermédio deles, que, desse modo, estão de permeio entre o povo e o governo, mas não no sentido de simples intermediários entre dois pólos opostos ou alheios entre si, mas como um instrumento por meio do qual o povo governa, ou seja, o povo participa do poder por meio dos partidos políticos.

Assim, de acordo com o sistema constitucional e legal brasileiro, os partidos políticos deverão servir de instrumento para a atuação política do cidadão, visando a influir na condução da gestão dos negócios políticos do Estado.

Vale ressaltar que, a importância dos partidos políticos foi recentemente reconhecida e reforçada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, no julgamento da ADIn 5081, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, que trata da infidelidade partidária.

O Plenário do STF decidiu que, o mandato eletivo pertence ao partido e que a desfiliação partidária, ressalvadas as exceções, implica a perda do mandato em favor do partido, por infidelidade partidária, referente aos cargos do sistema proporcional (vereadores, deputados estaduais, distritais e federais).

Em sua brilhante e irretocável decisão, o Ministro Luís Roberto Barroso enfatizou a importância dos partidos políticos como instrumento de representação da vontade popular.

Por fim, entendo que, nenhum ato normativo oriundo de outro poder pode interferir no que foi determinado pelo poder constituinte originário. A autonomia concedida aos partidos políticos pelo § 1º, do art. 17 da CF, é fundamental para o exercício da representatividade.

Parabenizo o nobre autor por essa iniciativa e informo que protocolei um PDC visando sustar aos efeitos da Resolução nº 23.465, de 17 de dezembro de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que “Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos”.

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PL 4.424/16. No mérito, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2016.

Deputado FRANCISCO FLORIANO (DEM/RJ)
Relator